

Uma Velha Dívida

Um programa nacional de melhoria do atendimento médico e hospitalar na rede pública vai começar, imediatamente, pelo Rio. O ministro Alceni Guerra veio anunciar o levantamento, dentro de 120 dias, das necessidades por uma comissão de representantes dos governos federal, estadual e municipal. A solução que for adotada para o Rio servirá de modelo para o resto do país, dentro de um orçamento de 2,5 milhões de dólares financiados pela Organização Panamericana de Saúde.

Tão importante quanto o programa é a razão que convenceu o governo federal a começar pelo Rio de Janeiro. Não é fortuita a prioridade. Dado o reconhecimento oficial de que é grave em todo o país a deficiência dos serviços médicos e hospitalares, a escolha do Rio tem uma razão especial. Justifica o ministro da Saúde que tudo que funciona mal no Rio repercute no resto do país. A recíproca também é verdadeira. O que vai bem no Rio transmite confiança a todo o Brasil.

Natural, portanto, que a rede pública de atendimento do Rio, com 85 hospitais e postos médicos, seja reunida num programa intensivo para levantar carências, organizar o sistema e treinar pessoal. O objetivo é obter melhorias sensíveis num prazo de 120 dias, no máximo, sem prejuízo de outras fases. Resgatar a confiança da população num choque de eficiência é o objetivo da arrancada na saúde.

A justificativa oficial para começar pelo Rio o programa é uma involuntária reparação à antiga capital da República. O reconhecimento de que o Rio é uma caixa acústica nacional restaura a sua importância política que o autoritarismo pretendeu ignorar. O governo anterior perfilou o ressentimento residual e a discriminação, de raízes provincianas, contra o Rio. Os governos federais têm punido a ex-capital por uma culpa que ela não cometeu: ser identificada, dentro e fora do país, como o centro cultural e político do Brasil.

O autoritarismo procurou instilar inveja na veia burocrática de Brasília pela função que o Rio desempenhava quando era capital: civilizar as maneiras dos políticos provincianos que chegavam ao plano federal. Ensinava-lhes com naturalidade, através do convívio, hábitos sociais e políticos cuja falta se faz sentir até hoje na nova capital. A consequência desse fenômeno foi a valorização do caipirismo que a impediu de se tornar um centro

irradiador nacional. Brasília é uma cidade que não produz ecos e que não consegue absorver o que se passa em todo o país. A capital brasileira se exprime pela mimica burocrática, como um surdo-mudo de nascença.

Ao completar trinta anos, Brasília não resolveu nenhum dos problemas que pretendia eliminar da pauta brasileira, e criou outros que não figuravam entre as boas intenções de deslocar o centro de decisões para o interior, numa época em que a tecnologia iguala toda a superfície da Terra na mesma vulnerabilidade. Politicamente, Brasília representou um exorbitante custo político e administrativo, sem retorno de qualquer espécie. O regime autoritário não teria se perpetuado por tanto tempo se a sede do governo se localizasse numa área onde se registrasse a presença de opinião pública. Não foi casual o empenho que a ditadura teve em acelerar a transferência de órgãos para a capital.

Do ponto de vista da moralidade pública, só agora começamos a saber da extensão de hábitos que solaparam a credibilidade democrática antes de se restabelecer o regime de liberdade, graças à censura que escondeu debaixo do tapete costumes políticos privilegiados. A maneira mais direta de ferir a credibilidade democrática foi a humilhação política do Rio de Janeiro. A fusão representou a segunda vingança federal. Foi, portanto, manipulação política o tratamento que discriminou o Rio, de todas as formas possíveis, para inviabilizá-lo.

A transferência da capital e, mais tarde, a fusão para amarrar a liderança política da cidade-estado do Rio de Janeiro comprovaram o sentido astucioso de promessas que não se cumpriram. Nas duas oportunidades, o governo federal se comprometeu em financiar as operações que alteravam profundamente o metabolismo econômico e político da antiga capital do país. Em ambas, no entanto, as promessas foram esquecidas sem explicação. A arrogância autoritária teve consequências políticas assim que se restabeleceu o voto direto para os governos estaduais. A sociedade não esqueceu.

Esse programa de resgate da rede pública de hospitais e postos de saúde é o primeiro ato de reparação que, não tendo sido prometido, merece o reconhecimento. Como centro de repercussão nacional, insubstituível, o Rio saberá retribuir à consideração com consideração.